

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 15.524 milhões, correspondente a R\$ 121,57 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 330.206 milhões e Ativos Totais de R\$ 339.804 milhões.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	338.409	325.685	CIRCULANTE	8.996	11.353
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	53	7	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.996	11.353
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	338.159	325.486	Sociais e Estatutárias (Nota 10c)	148	182
Carteira Própria	337.707	325.074	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	8.733	11.037
Vinculados à Prestação de Garantias	452	412	Diversas (Nota 9b)	115	134
OUTROS CRÉDITOS	197	192	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	602	773
Diversos (Nota 7)	197	192	OUTRAS OBRIGAÇÕES	602	773
OUTROS VALORES E BENS	-	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	602	773
Outros Valores e Bens	67	76	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	330.206	314.830
Provisões para Desvalorizações	(67)	(76)	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.395	1.271	- De Domiciliados no País (Nota 10a)	172.000	172.000
OUTROS CRÉDITOS	1.395	1.271	Reserva de Lucros (Nota 10b)	158.206	142.830
Diversos (Nota 7)	1.395	1.271	TOTAL	339.804	326.956
TOTAL	339.804	326.956	TOTAL	339.804	326.956

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos Saldos em 30.6.2012	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		2012	2011			Legal	Estatutárias		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.966	27.305	34.492	172.000	10.339	141.134	-	-	323.473
Operações de Crédito	53	67	10	-	-	-	-	6.797	6.797
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	11.913	27.238	34.482	-	340	6.393	-	(6.733)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.966	27.305	34.492	-	-	-	-	(64)	(64)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(759)	(1.574)	(2.764)	Saldos em 31.12.2012	172.000	10.679	147.527	-	330.206
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(82)	(264)	(645)	Saldos em 31.12.2010	172.000	8.943	114.906	-	295.849
Despesas Tributárias (Nota 12)	(562)	(1.301)	(1.603)	Lucro Líquido	-	-	-	19.163	19.163
Outras Recargas Operacionais (Nota 13)	33	343	81	Destinações: Reservas	-	958	18.023	(18.981)	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(148)	(352)	(597)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(182)	(182)
RESULTADO OPERACIONAL	11.207	25.731	31.728	Saldos em 31.12.2011	172.000	9.901	132.929	-	314.830
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1	1	-	Lucro Líquido	-	-	-	15.524	15.524
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.208	25.732	31.728	Destinações: Reservas	-	778	14.598	(15.376)	-
IMPONTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(4.411)	(10.208)	(12.565)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(148)	(148)
LUCRO LÍQUIDO	6.797	15.524	19.163	Saldos em 31.12.2012	172.000	10.679	147.527	-	330.206
Número de ações (Nota 10a)	127.699.786	127.699.786	127.699.786						
Lucro por lote de mil ações em R\$	53,23	121,57	150,06						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2012	2011		2012	%	2012	%		2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1 - RECEITAS	11.852	100,7	27.297	101,0	33.976	102,0
Lucro Líquido antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	11.208	25.732	31.728	1.1) Intermediação Financeira	11.966	101,7	27.305	101,0	34.492	103,5
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	43	(168)	401	1.2) Outras	(114)	(1,0)	(8)	-	(516)	(1,5)
Despesas/(Reversões) de Provisões Fiscais	44	(167)	401	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(82)	(0,7)	(264)	(1,0)	(645)	(2,0)
Ganho na Alienação de Bens não de Uso Próprio	(1)	(1)	-	Contribuição Sindical Patronal	-	-	(66)	(0,2)	(63)	(0,2)
Lucro Líquido Ajustado Antes dos Impostos	11.251	25.564	32.129	Contribuições Filantrópicas	-	-	-	-	(290)	(0,9)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	290.246	Publicações	(55)	(0,4)	(143)	(0,5)	(157)	(0,5)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(10.218)	(12.673)	(31.738)	Serviços Técnicos Especializados	(20)	(0,2)	(41)	(0,2)	(121)	(0,4)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(124)	(219)	(25)	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,1)	(14)	(0,1)	(13)	-
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	6	91	105	Outras	-	-	-	-	(1)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(692)	(12.536)	(10.573)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	11.770	100,0	27.033	100,0	33.331	100,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	223	227	144	4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.770	100,0	27.033	100,0	33.331	100,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.770	100,0	27.033	100,0	33.331	100,0
Alienação de Bens não de Uso Próprio	1	1	-	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	4.973	42,3	11.509	42,6	14.168	42,5
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Investimentos	1	1	-	Federal	4.973	42,3	11.509	42,6	14.168	42,5
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				5.2) Remuneração de Capitais Próprios	6.797	57,7	15.524	57,4	19.163	57,5
Dividendos Pagos	(182)	(182)	(146)	Dividendos	64	0,5	148	0,5	182	0,6
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos	(182)	(182)	(146)	Lucros Retidos	6.733	57,2	15.376	56,9	18.981	56,9
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	42	46	(2)							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	11	7	9							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	53	53	7							
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	42	46	(2)							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing ou Instituição) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 8 b e c); e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 8b).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
- Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	53	7
Total de disponibilidades (caixa)	53	7
Total caixa e equivalentes de caixa	53	7

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Nos encerramentos dos exercícios de 2012 e 2011 não havia saldos registrados em Carteira para Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. O valor da receita auferido em 2011 - R\$ 15.420 mil encontra-se registrada em resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6b).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012		2011			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ custo atualizado	Valor de mercado/ Marcação a mercado
Títulos para negociação (3):						
Certificados de depósito bancário	-	2.532	5.578	9.902	18.012	12.134
Débentures	-	-	254	15.618	15.872	4.388
Letras do tesouro nacional	-	845	7.577	8.422	8.422	6.890
Letras financeiras do tesouro	-	34.956	2.002	113.818	150.776	266.030
Operações compromissadas	96.014	13	-	-		

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

II - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Saldo no início do exercício de 2012	672	(170)
Reversões.....	3	(27)
Atualização Monetária.....	3	(27)
Pagamentos.....	478	478
Saldos no final do exercício de 2012 (Nota 9a)	195	195

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	8.645	10.898
Provisão para riscos - fiscais (Nota 8b).....	478	672
Impostos e contribuições a recolher.....	87	138
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c).....	125	102
Total	9.335	11.810

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisão para pagamento a efetuar.....	86	118
Outras.....	29	16
Total	115	134

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 172.000 mil é composto por 127.699.786 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	158.206	142.830
- Reserva Legal (1).....	10.679	9.901
- Reserva Estatutária (2).....	147.527	132.929

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido.....	15.524	19.163
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(778)	(958)
Base de cálculo	14.746	18.205
Dividendos propostos.....	148	182
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	1,16	1,43

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Propaganda e publicidade.....	143	157
Serviços técnicos especializados.....	41	121
Serviços do sistema financeiro.....	14	13
Contribuições.....	66	353
Outras.....	-	1
Total	264	645

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
COFINS.....	1.090	1.379
PIS.....	177	224
Outras.....	34	-
Total	1.301	1.603

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reversão de provisões operacionais.....	286	52
Variações monetárias.....	(131)	(127)
Indenizações cíveis.....	(56)	(428)
Patrocínio de caráter cultural.....	(100)	-
Outras.....	(8)	(13)
Total	(9)	(516)

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades:		
Banco Bradesco S.A.	53	7
Aplicações em depósitos interfinanceiros:		
Banco Bradesco S.A.	-	-
Dividendos:		
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(148)	(182)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	25.732	31.728
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(10.293)	(12.691)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Outros valores.....	85	126
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.208)	(12.565)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(10.117)	(12.721)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(91)	156
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.208)	(12.565)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2012
Provisões para perda de investimentos.....	256	-
Provisões para bens não de uso.....	30	-
Provisões fiscais e trabalhistas.....	256	156
Outros valores.....	48	13
Total dos créditos tributários (Nota 7)	590	169
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	102	23
Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas	488	146

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social
2013.....	81	49	130
2014.....	114	68	182
2015.....	114	68	182
2016.....	3	2	5
Total	312	187	499

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 476 mil (2011 - R\$ 554 mil), de diferenças temporárias.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O valor registrado em Resultado não Operacional, corresponde ao lucro apurado na realização de bens não de uso próprio.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 26 de fevereiro de 2013

A DIRETORIA
Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 26 de fevereiro de 2013

A DIRETORIA
Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 26 de fevereiro de 2013

A DIRETORIA
Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 26 de fevereiro de 2013

A DIRETORIA
Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BMC ASSET MANAGEMENT - DTVM LTDA.....	9
CELTA HOLDINGS S.A.	15
CONSTRUTORA TENDA S.A.	2
EVEREST LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	13
GAFISA S.A.	17
TIBRE DTVM LTDA.....	11

Diário Oficial Empresarial 2

Volume 123 • Número 46
São Paulo, terça-feira, 12 de março de 2013

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 74.533.787/0001-93
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 15.524 milhões, correspondente a R\$ 121,57 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 330.206 milhões e Ativos Totais de R\$ 339.804 milhões. Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	338.409	325.685	8.996	11.353
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	53	7	8.996	11.353
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	338.159	325.486	148	182
Carteira Própria	337.707	325.074	8.733	11.037
Vinculados à Prestação de Garantias	452	412	115	134
OUTROS CRÉDITOS	197	192	602	773
Diversos (Nota 7)	197	192	602	773
OUTROS VALORES E BENS	-	-	602	773
Outros Valores e Bens	67	76	602	773
Provisões para Desvalorizações	(67)	(76)	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.395	1.271	330.206	314.830
OUTROS CRÉDITOS	1.395	1.271	172.000	172.000
Diversos (Nota 7)	1.395	1.271	158.206	142.830
TOTAL	339.804	326.956	339.804	326.956

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro			Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais	
	2012	2012	2011	2011		Legal	Estatutárias			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.966	27.305	34.492	40.107	Saldos em 30.6.2012	172.000	10.339	141.134	-	323.473
Operações de Crédito	10	67	10	10	Lucro Líquido	-	-	-	6.797	6.797
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	11.913	27.238	34.482	34.482	Destinações - Reservas	-	340	6.930	(6.733)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.966	27.305	34.492	40.107	- Dividendos Propostos	-	-	-	(64)	(64)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(759)	(1.574)	(2.764)	(2.645)	Saldos em 31.12.2012	172.000	10.679	147.527	-	330.206
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(62)	(204)	(645)	(645)	Saldos em 31.12.2010	172.000	8.943	114.906	-	295.849
Despesas Tributárias (Nota 12)	(602)	(1.301)	(1.603)	(1.603)	Lucro Líquido	-	-	-	19.163	19.163
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	33	343	81	81	Destinações - Reservas	-	958	18.023	(18.981)	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(148)	(352)	(597)	(597)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(182)	(182)
RESULTADO OPERACIONAL	11.207	25.731	31.728	37.462	Saldos em 31.12.2011	172.000	9.901	132.929	-	314.830
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	4	1	-	-	Lucro Líquido	-	-	-	15.524	15.524
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.208	25.732	31.728	37.462	Destinações - Reservas	-	778	14.598	(15.376)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(4.411)	(10.208)	(12.565)	(12.565)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(148)	(148)
LUCRO LÍQUIDO	6.797	15.524	19.163	24.897	Saldos em 31.12.2012	172.000	10.679	147.527	-	330.206
Número de ações (Nota 10a)	127.699.786	127.699.786	127.699.786	127.699.786						
Lucro por lote de mil ações em R\$	53,23	121,57	150,06	195,06						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro			Descrição	2012	%	2012	%	2011	%
	2012	2012	2011	2011							
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					1 - RECEITAS	11.852	100,7	27.297	101,0	33.976	102,0
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.208	25.732	31.728	37.462	1.1) Intermediação Financeira	11.966	101,7	27.305	101,0	34.492	103,5
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	43	(188)	401	401	1.2) Outras	(114)	(1,0)	(8)	-	(516)	(1,5)
Despesas (Reversões) de Provisões Fiscais	44	(167)	401	401	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(82)	(0,7)	(264)	(1,0)	(645)	(2,0)
Ganho na Alienação de Bens não de Uso Próprio	(1)	(1)	-	-	Contribuição Sindical Patronal	-	-	(66)	(0,2)	(63)	(0,2)
Lucro Líquido Ajustado Antes dos Impostos	11.251	25.564	32.129	37.863	Contribuições Filantrópicas	-	-	-	-	(290)	(0,9)
(Aumento)Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	290.246	-	Publicações	(55)	(0,4)	(143)	(0,5)	(157)	(0,5)
(Aumento)Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(10.218)	(12.673)	(311.738)	-	Serviços Técnicos Especializados	(20)	(0,2)	(41)	(0,2)	(121)	(0,4)
(Aumento)Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(124)	(219)	(25)	-	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,1)	(14)	(0,1)	(13)	-
(Aumento)Redução em Outras Obrigações	6	91	105	105	Outras	-	-	-	-	(1)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(692)	(12.536)	(10.573)	-	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	11.770	100,0	27.033	100,0	33.331	100,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	223	227	144	144	4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.770	100,0	27.033	100,0	33.331	100,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:					5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.770	100,0	27.033	100,0	33.331	100,0
Alienação de Bens não de Uso Próprio	1	1	-	-	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	4.973	42,3	11.509	42,6	14.168	42,5
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					Federal	4.973	42,3	11.509	42,6	14.168	42,5
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos	1	1	-	-	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	6.797	57,7	15.524	57,4	19.163	57,5
Fluxo de Caixa das Atividades de Operações:					Dividendos	64	0,5	148	0,5	182	0,6
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	42	46	(2)	(2)	Lucros Retidos	6.733	57,2	15.376	56,9	18.981	56,9
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	11	7	9	9							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	53	53	7	7							
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	42	46	(2)	(2)							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing ou Instituição) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 8 b e c); e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 8b).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles das demonstrações contábeis que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	53	7
Total de disponibilidades (caixa)	53	7
Total caixa e equivalentes de caixa	53	7

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Nos encerramentos dos exercícios de 2012 e 2011 não havia saldos registrados em Carteira para Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. O valor da receita auferido em 2011 - R\$ 15.420 mil encontra-se registrada em resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6b).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2012		2011	
	Valor de mercado/contábil atualizado (2)	Valor de custo a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo a mercado
Títulos para negociação (3):				
Certificados de depósito bancário	-	2.532	5.578	9.902
Debêntures	-	254	15.618	15.872
Letras do tesouro nacional	-	845		

continuação

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Contas, Balanço e
Divulgação de
Relatório de Análise
Econômica Financeira e
Gestão
Contas Consolidadas
da Organização
Bradesco

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Propaganda e publicidade.....	143	157
Serviços técnicos especializados.....	41	121
Serviços do sistema financeiro.....	14	58
Contribuições.....	66	353
Outras.....	-	1
Total	264	645

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
COFINS.....	1.090	1.379
PIS.....	177	224
Outras.....	34	-
Total	1.301	1.603

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reversão de provisões operacionais.....	286	52
Variações monetárias.....	(131)	(127)
Indenizações civis.....	(100)	(428)
Patrocínio de caráter cultural.....	(100)	(13)
Outras.....	(8)	(16)
Total	(9)	(516)

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	2012	2011
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.....	53	7	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	-	-	-	15.420
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.....	(148)	(182)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	25.732	31.728
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(10.293)	(12.691)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Outros valores.....	85	126
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.208)	(12.565)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(10.117)	(12.721)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(91)	156
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.208)	(12.565)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Provisões para perda de investimentos.....	256	-	-	256
Provisões para bens não de uso.....	30	-	-	30
Provisões fiscais e trabalhistas.....	256	78	156	478
Outros valores.....	48	-	13	61
Total dos créditos tributários (Nota 7)	590	78	169	837
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	102	23	-	125
Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas	488	55	169	374

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013.....	81	49	130
2014.....	114	68	182
2015.....	114	68	182
2016.....	3	2	5
Total	312	187	499

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 476 mil (2011 - R\$ 554 mil), de diferenças temporárias.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O valor registrado em Demonstração Não Operacional, corresponde ao lucro apurado na alienação de bens não de uso próprio.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca dos melhores resultados.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 26 de fevereiro de 2013

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ciclista: na conta do motorista, 3 vodcas.

Polícia apura se Alex Siwek, que atropelou e decepcionou braço de um ciclista na Avenida Paulista, estava bêbado. Estudante permanece preso em Centro de Detenção.

A polícia confirmou ontem que na comanda do estudante universitário Alex Siwek, 22 anos, estavam registradas três vodcas e um energético. O jovem foi a um bar no Itaim Bibi, na zona sul, antes de atropelar e decepar o braço do ciclista David Santos Souza, de 21 anos. O acidente aconteceu na manhã de domingo na avenida Paulista.

Segundo a delegada Priscila de Oliveira Rodrigues, do 5º Distrito Policial (Aclimação), o universitário pagou uma conta no valor de R\$ 96. Policiais Militares que foram procurados por Siwek após o crime relataram que ele estava "transtornado e aparentava sinais claros de embriaguez". Ele foi submetido a um exame clínico e o resultado deve sair hoje.

A polícia investiga se o estudante de psicologia consumiu tudo o que estava descrito na comanda ou se pagou a bebida de alguém. Siwek foi transferido ontem para o Centro de Detenção Provisória Belém 2, na zona leste. Nos próximos dias, ele ficará em uma cela isolada.

Siwek foi preso após atropelar Souza por volta das 5h30 de ontem na avenida Paulista. Com a força do impacto, o braço da vítima foi arremessado para dentro do veículo do universitário. Além de não prestar socorro, o estudante admitiu que jogou o braço no rio que passa pela avenida Doutor Ricardo Jafet. Segundo a própria defesa de Siwek, o atropelador ingeriu bebida alcoólica durante a noite. Na versão dele, "quatro ou cinco cervejas."

Medo - De acordo com Pablo Naves Testoni, um dos advogados de

J. Duran/Estadão Conteúdo



Mensagens de protesto contra o motorista que atropelou ciclista foram fixadas em postes da Avenida Paulista

Siwek, seu cliente não prestou socorro porque ficou com medo de ser agredido. afirmou também que o motorista só viu o braço quando chegou em casa. Ficou atordoado e, então, decidiu jogar no rio Tamanduaeté.

Imagens - A Polícia Civil procura imagens feitas por câmeras de segurança de prédios da região e da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) que tenham registrado o atropelamento do ciclista. A polícia também busca imagens na avenida Doutor Ricardo Jafet, onde o motorista disse que jogou o braço da vítima.

Segundo a delegada, os crimes pelos quais respondem o universitário - tentativa de homicídio e três infrações ao Código de Trânsito Brasileiro - têm penas previstas maiores que quatro anos. Por

isso não pode ser estabelecido o valor para fiança. O pedido deverá ser feito pelo advogado do estudante diretamente à Justiça.

Monstro - A médica Rachel Baptista, da equipe do Hospital das Clínicas que atendeu o ciclista, pediu por punição através de uma mensagem publicada em sua página pessoal no Facebook. "Quero manifestar a minha indignação quanto à atitude desse monstro que atropelou o ciclista na Avenida Paulista e que inviabilizou a chance desse menino de 21 anos tentar recuperar o braço", escreveu na sua página. Depois da repercussão do post, Rachel apagou a mensagem de seu Facebook, ontem de manhã.

"Estávamos prontos para tentar o reimplante e, infelizmente, a polícia, juntamente com os bom-

beiros, não conseguiram encontrar o braço no rio", detalhou Rachel no texto do Facebook.

"O tempo de tentativa já se foi e nos restou somente a opção de limpar e suturar a ferida", acrescentou a médica, que defendeu a Lei Seca. "Não há como ter brechas permitindo pessoas totalmente irresponsáveis dirigirem nestas condições. Tem que haver justiça neste País."

David Souza deixou a UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital das Clínicas ontem à tarde e agora se recupera em um dos quartos da unidade. Apesar da transferência, ainda não há previsão de quando Souza receberá alta, de acordo a assessoria de imprensa do hospital. O estado de saúde dele permanece estável. (Folhapress)

As responsabilidades do motorista

O advogado Heraldo Jubilit, 67 anos, explica quais são as responsabilidades do estudante Alex Siwek por haver arrancado o braço do limpador de fachadas David Santos Souza, independentemente do processo criminal. Jubilit comanda um dos mais concorridos escritórios especializados em Direito Trabalhista de São Paulo.

Diário do Comércio - David tem direito a alguma indenização?

Heraldo Jubilit - Na área cível ele tem direito a indenização por danos materiais, morais e de responsabilidade cível a ser assumida pelo causador. Ao provocar a perda do braço, o causador não lhe deixou meios de subsistir. Por outro lado, segundo consta, ele estaria se dirigindo ao trabalho. Sofreu, portanto, um acidente de percurso, também conhecido como de trajeto, que lhe dá direito a uma aposentadoria no valor de 80% dos seus ganhos mensais.

DC - E em relação aos custos de reabilitação de David e também de eventual tratamento de caráter psicológico, para efeito de recuperação e readaptação?

Jubilit - Teoricamente, a responsabilidade é do causador. David poderá ser reabilitado para trabalhar com uma mão só. Poderia receber uma prótese para ocupar o lugar do braço. Mas a verdade é que, a partir de agora, é portador de uma sequela irreversível, que lhe traz limitações no exercício profissional. Eu entendo, inclusive, que o INSS deveria ir atrás do causador para se ressarcir dos gastos por ele produzidos.

DC - O senhor acredita que David será atendido?

Jubilit - Sim. O clamor público está sendo e continuará enorme. O episódio foi estardalecedor.

José Maria dos Santos